



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

**POLÍTICAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: *UMA REFLEXÃO*
SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS NO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL - ESTUDO DE CASO DO
*MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – 2020-2022***

MONOGRAFIA

SAIDE MUSSÁ

Maputo, Março de 2024.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

***POLÍTICAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: UMA REFLEXÃO
SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS NO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL - ESTUDO DE CASO DO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – 2020-2022***


Autor: Saide Mussá

Supervisora: Mestre Alexandra Simbine

Maputo, Março de 2024.

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimento.....	iii
Resumo	iv
CAPITULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Problematização.....	2
1.2. Justificativa.....	3
1.3. OBJECTIVOS	4
1.3.1. Objectivo Geral.....	4
1.3.2. Objectivos Específicos.....	4
1.4. Perguntas de pesquisa.....	4
CAPITULO II: REVISÃO DA LITERATURA	5
2. Política de educação	5
2.1. Educação.....	5
2.2. Necessidade educativa especial	6
2.4. Factores desencadeantes da educação inclusiva e análise do ensino-aprendizagem.....	7
2.5. A importância da Equipe Multiprofissional na Aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais (NEE).....	8
2.6. Actividades e Instrumentos a ser utilizados na aprendizagem de alunos com NEE	9
2.7. Contexto da Política de Educação para Todos	10
2.8. O processo de formação do professor para atender às NEE.....	10
CAPITULO III: METODOLOGIA DE PESQUISA	12
3.2. Tipo de Pesquisa.....	15
3.3. Método de Procedimento.....	16
3.4. População e Amostra	16
3.5. Técnicas de recolha de dados	16
2.6. Validação dos instrumentos de recolha de dados	18
2.7. Procedimentos de análise de dados	18
2.8. Questões éticas	18
CAPITULO IV: ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	19
5.2. Sugestões	30
Apêndices	34
Anexos.....	38

Lista de Abreviaturas

FACED	Faculdade de Educação
<i>f</i>	Frequência
IES	Instituições de Ensino Superior
IESG	Instituições de Ensino Secundária Geral
MINEDH	Ministério de educação e Desenvolvimento Humano
NEE	Necessidades Educativas Especiais
ONGs	Organizações não Governamentais
SDEJT	Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UP	Universidade Pedagógica

Dedicatória

A toda a minha família e amigos. E dirige se igualmente as famílias, crianças e adultos que sofrem de distúrbios comportamentais, de desenvolvimento e, ou de aprendizagem.

Agradecimento

Em primeira instância, agradeço Allah (o Criador dos céus e da Terra) pela vida espiritual. A minha família, a minha esposa Mbasso Cadre, pelo apoio emocional durante o percurso desta longa jornada. Aos meus pais, Mussá Sualé e Maria Mussa pelo apoio e compreensão ao longo da formação. Meus filhos, Mussá Saide Sualé, Yússufo Saide Sualé e Ibrahim Saide Sualé pelas minhas longas ausências. Meus sobrinhos Chabane Mado e Zura Assane pelo afeto.

Agradeço igualmente aos meus irmãos, em especial Hugo José pela inspiração e apoio ao longo dos meus estudos, assim como a minha irmã Helena Mussá pelo apoio ao longo da vida estudantil.

A minha supervisora, Mestre Alexandra Simbine, pelo acompanhamento, paciência, competência científica e por todas as correcções e sugestões levantadas no processo da execução desta monografia.

A UEM, pela recepção, orientação, instrução e a organização para que a formação fosse uma realidade, tendo norteado no processo de aquisição de conhecimento.

Há todos docentes da FACED, que ao longo da formação contribuíram positivamente com os conhecimentos teóricos e práticos, disponibilizando o material didáctico, para que o processo de ensino e aprendizagem fosse uma realidade.

À toda a turma de Psicologia Escolar e das Necessidades Educativas Especiais 2016, em especial aos colegas, Eurico Mahumane, Fernando Chiboleca, Paula Lemos, Odete Chauque e Mariana Guiamba, pela amizade e partilha de experiências em diferentes áreas de estudos.

Resumo

A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino secundário geral gera constrangimentos aos professores por falta de preparação didáctica - metodológica. O presente estudo tem como objectivo analisar as políticas de acesso a educação em Moçambique face a inclusão dos alunos com NEE no ensino secundário geral, estudo de caso do ministério da educação e desenvolvimento humano período 2020-2022. A pesquisa é mista (qualitativa e quantitativa) e de natureza empírica. Como técnicas de recolha de dados, foram usadas a entrevista e inquérito a um universo de dezasseis funcionários, incluindo os gestores Departamento de Educação Especial e a Direcção nacional de ensino Secundário Geral, a amostragem é por conveniência por se tratar da escolha de casos facilmente disponíveis. Através da confrontação das informações obtidas na vasta literatura sobre esta temática e os dados colhidos no campo, foi possível constatar que a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino secundário geral não é adequada para responder as exigências dos alunos com NEE, por falta de preparação, formação, modificações curriculares ou metodológicas e a falta de colaboração dos pais/encarregados de educação. Assim sendo, verificou-se a necessidade de a direcção da escola e os professores, criarem condições logísticas para que tenham formações em estratégias didácticas - pedagógicas com vista a resolução desta problemática.

Palavras-chave: *educação, inclusão, politica, NEE.*

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

O acesso à educação é um direito de todos os cidadãos consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), segundo Samboco (2020) é igualmente, considerado um processo basilar de transformação dos cidadãos, capaz de assegurar o desenvolvimento de qualquer nação. Porém, historicamente, nem sempre assim se entendeu em relação a alunos/estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE). As novas concepções sobre as Necessidades Educativas Especiais (NEE) estão baseadas nos princípios que advogam que as escolas devem-se ajustar á todas as crianças, independentemente da sua condição física, social, linguísticas ou outras.

Neste contexto, o currículo deve ser concebido tendo em conta as crianças com aprendizagem atípica, desde as crianças com deficiências múltiplas ou superdotadas, crianças da rua, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais (UNESCO, 1992). Na outrora, durante muitos anos foram considerados incapazes e excluídos do contexto educativo, devidas as suas características particulares, segundo, MINEDH (2000,

O presente trabalho busca analisar as políticas de acesso a educação em Moçambique, uma reflexão sobre a inclusão de estudantes com NEE no Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), indo mais além, este trabalho está dividido em cinco (5) capítulos, a saber: O capítulo I - que se designa introdução, no qual apresenta-se a nota introdutória, as perguntas operacionais, problematização, os objectivos da pesquisa, e a justificativa; O capítulo II que se refere à revisão da literatura, que traz toda a abordagem teórica sobre o tema; O capítulo III aborda aspectos metodológicos que servem de caminho para a realização da pesquisa; No capítulo IV faz-se a apresentação dos resultados dos questionários e entrevistas aplicadas a população alvo da pesquisa e por fim; O capítulo V apresenta as conclusões e possíveis recomendações.

1.1.Problematização

Durante muitos anos, os estudantes com NEE foram considerados incapazes e excluídos do contexto educativo, devidas as suas características particulares, Segundo Samboco (2020), em alinhamento com as directrizes internacionais, recentemente foram implementadas algumas políticas que visam proteger, assegurar e promover o acesso equitativo e a inclusão de alunos com NEE nas escolas públicas, assim como privadas em Moçambique, mas as políticas da inclusão da educação nessas instituições ainda não estão claras e específicas. Entretanto, as estruturas físicas da maior parte das instituições, não estão adaptadas para albergar alunos com deficiência motora. O que leva a persistência da integração dos estudantes nas salas juntamente com estudantes com ritmo normal de aprendizagem, consequentemente promove se abandonos, desistências, absentismos e repetições dessa minoria de alunos com NEE.

Este fenómeno tem se verificado em muitas escolas do ensino superior onde há poucas condições que possam permitir aderência dos utentes com NEE, e também tem se observado dificuldades nas algumas instituições em se dar com alguns estudantes com algumas deficiências, o que leva a desconfiar a possibilidade da má implementação dessas políticas no que tange a IESG.

Este cenário tomando como ponto de partida nos remete a seguinte pergunta: ***de que forma as políticas de acesso a educação em Moçambique promovem a inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais no ensino secundário geral?***

1.2. Justificativa

A escolha deste tema surge na sequência da experiência académica do investigador como estudante do curso de licenciatura em psicologia, e depois através de um debate feito no Hospital Geral de Mavalane em 2020, sobre como apoiar os utentes que passam por lá com filhos ou familiares com NEE, e que não tem conhecimento sobre educação inclusiva, e também para busca de forma de mitigar o abandono, desistência e concorrência da maior demanda reprovações de estudantes com NEE.

Os resultados que se espera nesta pesquisa, devem servir no contexto da educação como instrumento motivador que consiste na integração e retenção de estudantes com NEE no ensino superior. Desta forma espera-se também a melhoria da maneira de pensar da sociedade em especial os pais, com destaque as instituições do ensino superior, no que concerne a valorização da educação de estudantes com NEE, porque tem se observado persistência da desigualdade, desvalorização e discriminação de pessoas com deficiências motoras.

A escolha do MINEDH, deve-se ao facto de essa instituição responsável pela elaboração/formulação, implementação e avaliação das políticas educativas bem comoda planificação da educação ao nível estratégico.

A escolha do período de 2020-2022 para a pesquisa deste tema, deve-se ao facto de ser nesse período em que se fez vários debates relacionado com assuntos que compete a instituição escolhido para estudo de caso.

1.3.OBJECTIVOS

1.3.1. Objectivo Geral

Analisar as Políticas de acesso a Educação em Moçambique face a inclusão dos alunos com NEE no ensino secundário geral.

1.3.2. Objectivos Específicos

- Identificar as Políticas de acesso a Educação em Moçambique face a inclusão dos alunos com NEE no ensino secundário geral;
- Descrever as estratégias implementadas pelo MINEDH para implementação das Políticas de acesso a Educação em Moçambique face a inclusão dos alunos com NEE no secundário geral;
- Aferir o grau da interferência das políticas de acesso a educação em Moçambique face a inclusão de estudantes com NEE no ensino secundário geral.

1.4.Perguntas de pesquisa

- Quais são as Políticas de acesso a Educação em Moçambique em face de inclusão dos alunos com NEE no ensino secundário geral?
- Que estratégias são implementadas pelo MINEDH para implementação das Políticas de acesso a Educação em Moçambique em face de inclusão dos alunos com NEE no Ensino secundário geral?
- Qual é o grau de interferência das políticas de acesso a educação em Moçambique face a inclusão de estudantes com NEE no ensino secundário geral?

CAPITULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Esta é a etapa que se faz a abordagem do quadro conceptual e teórico, considerada como ponto de partida para a realização do trabalho. Iremos começar pela definição dos conceitos chave, e em seguida pela abordagem teórica do tema.

2. Política de educação

Seja políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino. Criados por cada país, de acordo com as suas próprias políticas públicas baseadas na Constituição e nos instrumentos orientadores dessas políticas, identificados, em países como Moçambique, sob a denominação “Política Nacional de Educação “tal como afirma Bonde (2016, p. 25), tal se veja como um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola conforme (Akkari, 2011,p.12 citado por Bonde 2016, p. 26). Os autores concordam que as políticas educativas refe-se ao conjunto das acções definidas e executadas pelo governo em vista a responder as necessidades basicas de educação no seu todo.

2.1. Educação

Segundo Pires, et al, (2001, p. 25), aborda o termo educação como uma *“acção exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tem por objectivo suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destina”*. Nesta ordem a educação consiste na transmissão de valores sociais de uma geração para outra em que ainda não dispõe dos requisitos exigidos dentro da sociedade.

Em contrapartida Luck (2009, p.19), defende que educação, é um processo organizado, sistemático e intencional, ao mesmo tempo em que é complexo dinâmico e evolutivo, em vista do que demanda não apenas um grande quadro funcional, como também a participação da comunidade, dos pais e de organizações diversas, para efectivá-lo com a qualidade necessária que a sociedade tecnológica da informação e do conhecimento demanda.

Pensando na actualidade a educação não pode ser vista somente como uma actividade exercida pelos adultos para os mais novos conforme o plasmado na primeira definição. Ela pode ser

exercida por todos e sobre todos, o que não pode ser apenas reservada a sua transmissão a alguns no caso de professor, os pais, um grupo de jovens da mesma idade também podem desenvolver um certo tipo de educação entre eles e mesmo para os seus mais velhos.

2.2. Necessidade educativa especial

De acordo com o Instituto Superior de Ciências (2013) e com MEC (2012), o conceito de NEE surge pela primeira vez, em 1978, com o relatório “*Warnock*”, e refere-se ao ensino ministrado em classes especiais ou unidades de ensino para crianças com determinado tipo de deficiência. Portanto, as NEE englobam não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que, ao longo do seu percurso escolar, apresentam dificuldades específicas de aprendizagem (Instituto Superior de Ciências, 2013).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 6) necessidades educativas especiais, refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade.

Entretanto, entendede se que os alunos com “necessidades educativas especiais são alunos que têm dificuldades de aprendizagem, muito ligeiras ou mais graves, no plano intelectual ou no domínio da escrita e da leitura. A maioria dos alunos tem insucesso nas aprendizagens básicas. Muitos deles são jovens que têm perturbações afectivas ou do comportamento, mais ou menos graves, de origem diversa.

Segundo Brennan (1988, cit. por Correia, 1999) refere NEE, como sendo um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas) afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade educativa pode classificar-se de ligeira e severa, e pode ser permanente ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento do aluno.

2.3. Educação Inclusiva

Para Stubbs (2008), a Educação Inclusiva refere-se a um conjunto de estratégias, actividades e processos que procuram fazer do direito universal para a qualidade uma realidade importante e apropriada para a educação.

A definição mais simples é apresentada por Silva (2011), que entende a EI não só como processo de inclusão de alunos com NEE ou de distúrbios de aprendizagem na escola regular, mas, sobretudo a inclusão de todas as diferenças.

A educação inclusiva segundo Totvs (2022) busca adaptar o sistema educacional a fim de assegurar o acesso, permanência e condições de aprendizagem para todas as pessoas, sem preconceitos e de forma a valorizar as diferenças.

2.4. Factores desencadeantes da educação inclusiva e análise do ensino-aprendizagem

Para Rotta et al (2016, p. 98). Os factores relacionados às dificuldades de aprendizagem podem ser classificados em: Factores relacionados com a escola, com a família e com a criança.

Para que o aluno tenha boas condições de aprender é necessário que a escola tenha condições físicas de sala de aula, que se refere a uma sala de aula limpa, arejada e com um número limite aceitável de alunos; condições pedagógicas, que se trata dos materiais didácticos disponíveis, método pedagógico de acordo com a realidade de cada criança; e condições de corpo docente que se relaciona a remuneração adequada, motivação e dedicação dos professores.

A família também deve fornecer condições para uma aprendizagem bem-sucedida. A educação dos pais, especialmente das mães, desempenha um papel fundamental para incentivar as crianças a aprenderem melhor. Não há dúvida de que os hábitos de leitura na família constituem um estímulo educacional para os alunos. Em relação aos factores relacionados à criança "temos de distinguir os problemas físicos em geral, os transtornos psiquiátricos, a deficiência mental e as patologias neurológicas".

Rotta *et al* (2016), salientam que, os factores desencadeantes da deficiência levam em conta também problemas psicológicos e neurológicos, a criança chegando a idade escolar é mais um momento crítico, onde deverá passar desde o nascimento até a vida adulta. Consequentemente qualquer situação emocional anterior pode constituir-se em um factor agravante. Nesses casos, as mais comuns são timidez, insegurança, ansiedade, inferioridade, necessidade de afirmação e falta de motivação. Os transtornos de aprendizagem acumulam gradativamente a um ciclo de

inibições, cada vez mais intolerável, causando na criança sofrimento, restrição e fragilidade nas relações de aprendizagem, no trabalho em equipa e na interacção social.

Existem vários factores que desencadeiam problemas de aprendizagem, mas, na comunidade onde se localiza a Escola Secundaria de Changalane, a maioria dos encarregados de educação são analfabetos e não se preocupam com o acompanhamento da aprendizagem dos educandos, mas também, as instituições de ensino não possuem condições físicas de salas e carteiras suficientes, por isso a maioria dos alunos do ensino Secundário sentam dois a dois ou a três e (relatório da Rith Play, 2018).

Portanto, para compensar a fragilidade dos programas de formação, o reduzido tempo de formação e promover a qualidade de educação e uma efectiva abordagem dos alunos com necessidades educativas há necessidade de apostar na formação docente como uma aprendizagem profissional ao longo da vida, pois o ‘saber docente’ se constrói a partir do ingresso dos sujeitos no mercado de trabalho (Martins, Giroto & Souza, 2013). A ausência de formação coloca o professor em desvantagem em relação às tarefas a realizar em vista às necessidades educativas.

2.5. A importância da Equipe Multiprofissional na Aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais (NEE)

A presente pesquisa irá adoptar uma perspectiva do envolvimento da equipe multiprofissional na aprendizagem do aluno com NEE que se coaduna com as visões de Telles (2017) e Freitas (2019), ao descrever que o uso de metodologias inadequadas nos anos iniciais da aprendizagem pode prejudicar toda vida escolar e conseqüentemente seu futuro, a vida social e profissional, facto que requer o reforço positivo da equipe multiprofissional, uma vez que cada criança se adapta de uma forma única no processo pedagógico de leitura e escrita.

O Fisioterapeuta (ou terapeuta ocupacional), contribuí no esquema corporal, para que a criança conheça a força de seu corpo. Ele trabalha os tónus e seus dois mecanismos: a pressão e a preensão. E a posição corporal, para que esteja posicionada paralelamente a mesa. Como também o controle visual envolvendo brincadeiras e jogos como: empilhar; encaixar; abrir e fechar; transpor; pôr e tirar; pintar e desenhar; recortar; furar; alinhar; aparafusar e desaparafusar; imitar; copiar; amarrar; abotoar; jogar e pegar; rebater bola; cursar um trajecto com os pés e com as mãos; e percorrer circuitos desviando obstáculos (Franco, 2018).

Sem querer criar um distanciamento entre as abordagens acima, deve-se perceber que para além da realidade crítica das escolas regulares no tocante a arquitectura das escolas, adaptações curriculares, entre outros aspectos que promoveriam adequadamente o processo de ensino e aprendizagem das crianças com NEE, é preciso que o professor use todos os meios possíveis e materiais concretizadores para melhorar a aprendizagem destes alunos.

Seja o psicólogo um mediador, que acolhe a subjectividade da criança, seus pensamentos e sentimentos que já podem estar instalados como fracasso e ruína. Trabalha suas emoções, sua auto-estima e motivação, junto aos pais, na conscientização e orientação das expectativas impostas a criança, como diz Pereira (2018), tal como se veja como agente de mudança, que se concentra na criação de grupos operacionais com estudantes, professores e equipe técnica para conduzir uma reflexão crítica sobre a instituição, incluindo o processo de ensino-aprendizagem, as relações professor-aluno, e as mudanças sociais que estão ocorrendo, confirmando a crescente desfasagem cada vez maior que se estabelece entre a escola e a vida, conforme Andalo (1984), facto é que psicólogo é um profissional de apoio a criança, professor e encarregado de educação na criação das melhores técnicas/métodos de ensino aprendizagem de alunos com disgrafia.

2.6. Actividades e Instrumentos a ser utilizados na aprendizagem de alunos com NEE

Para obter bom aproveitamento pedagógico, a forma de ensinar precisa ser transformada, para tanto é preciso considerar a possibilidade de incluir nas aulas e no trabalho com as dificuldades de aprendizagem, vários recursos que são significativos para os alunos, como por exemplo, brinquedos electrónicos, aplicativos de jogos. Por exemplo: Virtual Pet; Aramumo; Dexterity VMI; DexterityDots 2; Dexterity – Fine Motor SkillDevelopment (Pirozzi, 2013).

Para Pirozzi (2013), as principais ferramentas que podem utilizar são os exercícios grafo motores, desenhos pontilhados, caderno de caligrafia, caderno quadriculados, massa modelar, argila, e uso de pincéis, incentivam a criança a desenvolver; movimento-motor fino e movimentos de pinça, texturas, facilitando a correcção da proporção das letras ao transcrever para o papel. Usar o lúdico, ao envolver o aluno em brincadeiras, músicas, teatros e leituras, desenvolver sua capacidade rítmica, memorização e fortalecimento de vínculos entre os pares. Alguns recursos electrónicos podem auxiliar os pais, os alunos e professores.

2.7. Contexto da Política de Educação para Todos

A prática da educação para todos constitui uma abordagem que concretiza o previsto na Assembleia Geral das Nações Unidas (1948) sobre os Direitos Humanos e na Assembleia da República de Moçambique (2011), embora seja claro que a sua implementação carece de reformas em nível das estruturas físicas das escolas, assim como dos métodos e meios que apoiem a sua efectivação de forma a satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem.

O MINED (2012) defende que a educação é organizada de modo a abranger todas as crianças e jovens com deficiências ou dificuldades de aprendizagem, as crianças em desvantagem como as chamadas superdotadas, as de rua ou em situação de risco, que trabalham, ou que apresentam situações diversas. Segundo o postulado de Miranda e Filho (2012) as pessoas com deficiência, por identificação com seus colegas sem deficiência, podem-se desenvolver mais, dada a diversidade de modelos, do que quando só estão entre si. A inclusão dessas realidades torna-se benéfica, de forma particular, para os sem deficiência, pois a convivência com os que são diferentes de si pode proporcionar a identificação com o mais frágil, constituindo um factor importante contra a violência.

2.8. O processo de formação do professor para atender às NEE

A formação de professores constitui a base para uma educação de qualidade. O professor é uma peça fundamental para a aprendizagem efectiva ou de qualidade do aluno, de forma a realizar os objectivos da educação para todos. Duarte e Dias (2016) consideram que embora a melhoria da qualidade da educação não se resume apenas a essa realidade, a variável formação do professor tem sido considerada como sendo a mais importante, na análise da qualidade de educação. Nestes termos, Oliveira (2010) considera que a educação de qualidade está intimamente ligada à qualidade de formação dos professores e do seu desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Esta afirmação é também corroborada por (Gadotti, 2010; Beira, Vargas e Gonçalo 2015).

Ademais, os programas de formação dos professores do nível Secundário não têm uma base forte e apresentam modelos que ao longo da história variam de 1 a 4 ano de formação (Matavele, 2016; Nhapuala, 2014; Chambal, 2012). Analisados estes modelos de formação, podem considerar-se inadequados devido ao reduzido número de anos de formação, pois se reconhece que não habilitam ao professor adquirir uma experiência didáctico-pedagógica que o leve a uma educação de qualidade, não obstante o facto de alguns não estarem imbuídos de vocação à docência, pois segundo Nivagara (2013) existem professores que entram na carreira como

última alternativa de emprego e a qualquer momento podem abandonar ou permanecem sem ambições profissionais.

Por isso, deve-se assegurar que as suas qualificações académicas o permitam orientar os alunos para uma aprendizagem efectiva, pois um professor bem formado foi capacitado para ter um olhar crítico sobre a realidade. Porém, a realidade moçambicana denota por um lado, que a qualidade é prejudicada pela expansão explosiva da rede escolar, um nível insuficiente de investimentos, sobretudo na área de formação de professores, aquisição e distribuição de livros e materiais didácticos, a contratação de candidatos não qualificados devido à escassez dos recursos financeiros, situação que aliada à superlotação das turmas traduz-se numa profunda degradação das condições de trabalho dos professores (MINED, 2012).

CAPITULO III: METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo foi descrito o caminho no qual percorreu-se para a concretização da pesquisa, incluindo a descrição do local de estudo, o tipo de pesquisa quanto ao objectivo bem como quanto à abordagem, técnicas de recolha de dados, população de estudo e amostra.

3.1. Historial do local de estudo

A presente pesquisa foi desenvolvida no Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, localizado na Cidade de Maputo, no bairro da Polana, na avenida 24 de Julho N° 167. O MINEDH, tem a Missão de implementar um sistema nacional de educação equitativo, eficiente, eficaz e inovador capaz de garantir uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida.

São atribuições do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano:

- Formulação de propostas de políticas e estratégias da educação;
- Formação do cidadão com consciência patriótica e auto-estima;
- Formação e qualificação dos cidadãos, conferindo lhes conhecimentos científicos, técnicos e culturais e assegurando o acesso crescente à ciência e cultura;
- Normaçoão, regulamentação, supervisão e inspecção das actividades de educação no âmbito do Ensino Geral,
- Formação de Professores e Alfabetização e Educação de Adultos;
- Planificação, monitoria e avaliação das actividades de educação no âmbito do Ensino Geral, Formação de Professores e Alfabetização e Educação de Adultos;
- Desenvolvimento da educação e cultura patriótica, cívica e moral, do espírito de paz, da unidade e identidade nacionais;
- Expansão do acesso à educação, assegurando a equidade e a inclusão;
- Melhoria e actualização constante da qualidade da educação, apoiando-se no avanço científico e tecnológico;
- Formação de professores e educadores de adultos e de outros técnicos de educação e desenvolvimento humano;
- Desenvolvimento da cultura física e do desporto escolar;
- Garantia de uma educação baseada nos princípios da igualdade e respeito pelas liberdades e direitos e, da cultura de responsabilização do poder público, da sociedade e da família;
- Promoção de estudos e difusão da informação sobre a organização e o funcionamento do sistema educativo;

- Promoção da cidadania.

Para a obtenção da informação precisa, e a realização deste estudo, foi necessário encontrar-se com os fazedores da lei do departamento da educação especial e da Direcção de Ensino Secundário Geral.

O Departamento de Educação Especial tem as seguintes funções:

- Formular propostas de política e estratégias de desenvolvimento da educação inclusiva para o desenvolvimento humano;
- Promover o diagnóstico escolar, nas comunidades e instituições de ensino que tenham crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais;
- Promover o apoio bio-psico-cultural a crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais;
- Monitorar e avaliar as actividades desenvolvidas no âmbito da educação inclusiva;
- Elaborar e garantir a aplicação de metodologias adequadas de apoio aos professores que tenham crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais;
- Colaborar, com outros intervenientes, para adequar as instalações, equipamentos escolares e materiais de ensino à situação específica de crianças, jovens e adultos que necessitam de uma atenção personalizada.

A Direcção Nacional de Ensino Secundário tem as seguintes funções:

- Elaborar propostas de políticas e estratégias de desenvolvimento da educação e desenvolvimento humano a curto, médio e longo prazo;
- Conceber e elaborar projectos de lei, propostas de regulamentos e normas de organização e funcionamento das instituições de ensino;
- Propor normas e regulamentos orientadores sobre o sistema de avaliação e garantir a implementação e monitoria do currículo;
- Promover e orientar metodologicamente a utilização das novas tecnologias de informação nas instituições de ensino;
- Regulamentar e orientar as actividades relativas à supervisão pedagógica e administrativa das instituições de ensino;
- Conceber, elaborar e divulgar os critérios e indicadores para a avaliação da eficácia e eficiência do ensino ministrado nas instituições e do seu funcionamento;
- Apreciar e emitir pareceres sobre as propostas de livros e manuais escolares;
- Estimular a realização de actividades extracurriculares e organizar olimpíadas;

- Zelar pelo cumprimento das normas e regulamentos orientadores bem como do sistema de avaliação e gestão educacional para as instituições de ensino;
- Realizar acções de supervisão e monitoria do processo de ensino-aprendizagem nas instituições do Ensino Secundário;
- Promover concursos de leitura e escrita nas Línguas Moçambicanas, Portuguesa e estrangeiras;
- Identificar obras de leitura complementar para as escolas.
- Incentivar e controlar o desenvolvimento de programas de produção escolar em coordenação com a Direcção de Nutrição e Saúde Escolar;
- Participar na promoção e organização de jogos e intercâmbios desportivos escolares e de actividades artístico-culturais;
- Orientar actividades que promovam o amor pelas artes e pelo trabalho, o gosto pelo belo e pela estética e pela preservação da natureza;
- Estimular o desenvolvimento de aptidões manuais e técnicas através do uso criativo dos recursos disponíveis localmente, organizar olimpíadas de Informática;
- Promover e realizar estudos e pesquisas para a avaliação dos planos de estudo e programas de ensino, livros e outros meios didácticos e de avaliação utilizados em coordenação com o Departamento de Administração e Gestão Escolar;
- Participar na elaboração dos planos curriculares, programas de ensino, normas de avaliação e materiais de ensino;
- Monitorar a aplicação dos planos curriculares, programas de ensino e normas de avaliação;
- Elaborar sugestões e orientações metodológicas e propor meios didácticos para o apoio do professor no processo de ensino-aprendizagem;
- Promover a troca de experiências entre professores e entre escolas;
- Realizar pesquisas nas diferentes áreas disciplinares;
- Elaborar textos de apoio e fichas de trabalho para os alunos e professores;
- Disseminar as boas práticas de ensino-aprendizagem;
- Promover o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas;
- Promover Olimpíadas Académicas e Concursos de Leitura e Escrita e círculos de interesse nas escolas.

- Promover ou apoiar iniciativas de natureza científico pedagógica de carácter nacional e internacional que sirvam os interesses da promoção científica e do melhoramento da eficiência do ensino.

3.2. Tipo de Pesquisa

Quanto a abordagem a investigação será mista, isto é, qualitativa e quantitativa. Richardson (1999, p. 79) citando Goode & Hatt (1973, p. 398), afirma que a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia, a separação entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre o ponto de vista estatístico e não estatístico. Além disso não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade.

Com o estudo qualitativo descreveremos a realidade encontrada, o que permitiu deste modo fazer análises comparativas e desenvolver aspectos do estudo em termos compreensivos e com profundidade.

De acordo com Silva (2011), na pesquisa qualitativa há uma relação entre o mundo real e o sujeito, ou seja, há um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não se traduz em números.

Nesta pesquisa, para a obtenção de dados quantitativos serão aplicados questionários, uma forma de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções.

A triangulação dos métodos qualitativos e quantitativos permitirá que os dados se complementassem e que obtivéssemos as informações que não seriam possível obter se os métodos fossem utilizados isoladamente.

A triangulação dos métodos qualitativos e quantitativos permitirá também analisar o papel do gestor escolar na melhoria da qualidade de ensino.

A pesquisa será feita com base no método de *estudo de caso*. Para Chizzotti (2005, p.102), o *estudo de caso* é um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retracts uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma situação.

Para Lima (2004, p. 61), o estudo de caso explica um determinado fenómeno que explora de forma intensiva e exaustiva um único campo de estudo (estudo caso holístico) ou de vários campos de estudo (estudo de casos múltiplos), que possibilitam a análise comparativa dos dados obtidos.

O método escolhido permitiu uma análise ampla e situada sobre o processo de melhoria de qualidade de ensino no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

3.3. Método de Procedimento

Segundo Richardson (1999, p. 22), método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objectivo. Método científico é algo mais, correspondendo a um " caminho da ciência para chegar a um objectivo¹

Adoptaremos nesta pesquisa como método de procedimento o raciocínio indutivo, onde Richardson (1999, p. 35), refere que indução é um processo pelo qual, partindo de dados ou observações particulares constatadas, podemos chegar a proposições gerais.

Permitira-nos este método analisar as políticas de acesso a educação em Moçambique face a inclusão dos alunos com NEE no ensino Secundário geral.

Adoptaremos este método porque nesta pesquisa partiremos de uma análise particular do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, que foi retirado de um assunto considerado homogéneo para a maior parte das escolas e desta, perpetrou-se um estudo aprofundado e que posteriormente procurou se inferir, através da indução para factos considerados semelhantes ou com características comuns ao estudo.

3.4. População e Amostra

A população é constituída pelos funcionários do MINEDH. Para esta pesquisa recorreremos a uma amostra não probabilística por conveniência, que consistiu numa selecção propositada dos elementos que teremos acesso, pelo facto de não ser fácil encontrar-se com todos os funcionários do Departamento de Educação Especial.

De acordo com Hill& Hill (2009, p. 49), uma amostra por conveniência consiste na escolha de casos facilmente disponíveis. Os mesmos autores afirmam que este tipo amostragem tem a vantagem por ser rápido, barato e fácil.

Assim a nossa amostra é constituída por 14 funcionários e 2 gestores do Departamento de Educação Especial e a Direcção nacional de ensino Secundário Geral, totalizando 16 sujeitos.

3.5. Técnicas de recolha de dados

✓ Inquérito por Questionário

Para a recolha de dados usamos o questionário que foi administrado funcionários. O questionário é um instrumento com vantagens, porque “permite obter informações de um

¹*Ibdem*

grande número de pessoas simultaneamente ou em tempo relativamente curto”, Richardson (1999, p. 205).

O questionário permite igualmente a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados (...) cfr. Quivy& Campahoudt (1992, p. 191). Os mesmos autores afirmam que o facto de ser um instrumento de recolha de dados, o questionário permite apreender e analisar melhores fenómenos sociais, a partir de informações da população que se pretende realizar o respectivo estudo.

O questionário possibilitara-nos a recolha de dados que permitira-nos analisar as políticas de acesso a educação em Moçambique face a inclusão dos alunos com NEE no ensino secundário geral. Na presente pesquisa o questionário é composto por perguntas fechadas e Abertas, foi elaborado tendo em conta os objectivos específicos.

Na administração do inquérito por questionário, o pesquisador tem de ter em conta a finalidade da informação e o método que será usado na divulgação dos resultados.

✓ **Entrevista semiestruturada**

A entrevista é uma técnica importante para a recolha de dados e pode-se usar em simultâneo com outras técnicas de recolha de dados, ajudando desse modo ao pesquisador desenvolver de forma mais nítida um parecer sobre a forma como os sujeitos da pesquisa interpretam um determinado assunto.

Para Hill& Hill (2009), a principal vantagem que a entrevista tem é o facto de permitir uma recolha directa de dados que é feita a partir dos actores sociais, o que permite indagar de forma detalhada a percepção dos mesmos no que se refere a investigação.

As entrevistas semi-estruturadas, segundo Boni& Quaresma (2005), combinam perguntas abertas e fechadas, nas quais o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, mas, advertem que se deve assegurar o direccionamento do tema.

Em nossa pesquisa recorreremos a entrevista pelo facto de ser um instrumento que permite obter informações verbalizadas e explicadas detalhadamente pelo entrevistado, permitindo deste modo ao pesquisador desenvolver ideias em torno do que o sujeito da pesquisa pensa a cerca do papel do gestor escolar na melhoria da qualidade de ensino. Para tal elaboramos um guião de entrevistas com questões definidas previamente, tendo em conta os nossos objectivos específicos.

2.6. Validação dos instrumentos de recolha de dados

De acordo com Alves (2012:56), para que uma investigação tenha valor científico, devemos verificar sua validade e sua fiabilidade. É por isso que é de extrema importância, produzir meios de validação e fidelidade dos instrumentos de pesquisa, de modo a detectar os possíveis erros e se proceder à sua reformulação.

Formuladas as questões da entrevista assim como do inquérito por questionário, será efectuado por nós uma pré-testagem dos instrumentos de recolha de dados de modo a verificar a sua validade.

2.7. Procedimentos de análise de dados

A análise de dados da pesquisa passara por três fases, na primeira será feita a leitura de dados brutos, de modo a compreender melhor o posicionamento dos diferentes sujeitos da pesquisa e identificar aspectos comuns nas respostas dadas em cada pergunta. Na segunda fase serão agrupadas as respostas dadas pelos funcionários. Sendo que na terceira e última far-se-á a análise e interpretação de dados que nos conduziram a extrair pareceres dos gestores tendo em conta as perguntas colocadas.

Os dados quantitativos serão processados, utilizando o *Microsoft Office Excel 2010*, de modo a fazer as análises estatísticas dos dados obtidos na pesquisa.

2.8. Questões éticas

No que se refere as questões formais de pesquisa, foi feito numa primeira fase o pedido da credencial junto a secretaria da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Eduardo Mondlane, por se tratar de uma investigação de culminação do curso, ministrado por esta Instituição do Ensino Superior (IES). A credencial foi dirigida à Direcção do MINEDH. Assegurando a confidencialidade e o anonimato, não pedindo a identidade dos inqueridos, e através de um pequeno texto introdutório explicamos que a pesquisa é puramente académica e que os resultados serão usados para fins também académicos.

CAPITULO IV: ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Este capítulo é reservado a apresentação, análise e discussão de dados obtidos durante a recolha de dados deste estudo por meio da Entrevista, Inventário e Questionário. As informações apresentadas foram tidas como relevantes para responder à pergunta de pesquisa. A apresentação, análise e discussão dos resultados, será feita em conformidade com os objectivos específicos desta pesquisa. Entretanto, para um melhor esclarecimento, a seguir são apresentadas as características sócio demográficas da população em estudo.

4. Apresentação dos Resultados

Nesta secção será apresentado os resultados relativos às variáveis deste estudo.

4.1. Perfil da Amostra

Tabela 1: Perfil da amostra

		Frequência (f)	Percentagem (%)
Sexo	Feminino	10	62,5
	Masculino	6	37,5
Servico	1-5anos	2	7,7
	6-10anos	11	80,8
	11-15 anos	0	0,0
	Mais de 15 anos	3	11,5
Universidades	UEM	6	38
	UP-Maputo	10	62
	12+3	0	0,0
Niveis	Licenciados	12	75
	Mestres	4	25

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

A tabela ilustra as características sociodemográficos da população em estudo. A amostra é composta por 16 funcionários, sendo que os formados pela UEM representam a minoria ($f= 6$, 38%) enquanto que os formados pela UP-Maputo, representam a maioria ($f= 10$, 62%). A distribuição da amostra relativa ao sexo, revela uma maioria considerável do sexo feminino ($f=10$, 62,5%) em detrimento do sexo masculino ($f= 6$, 37,5%).

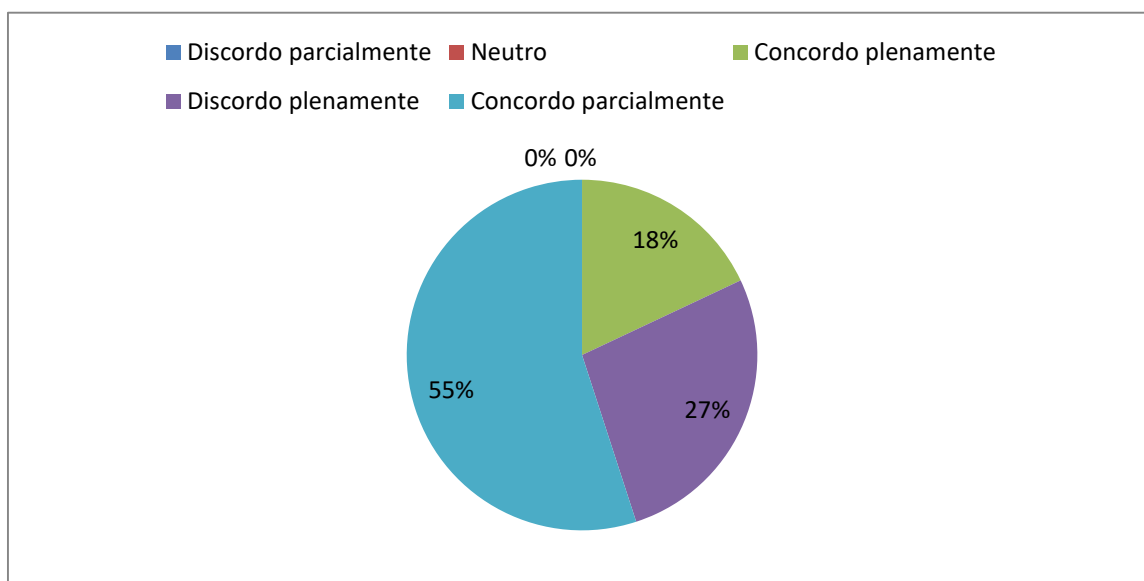
Relativamente ao tempo de serviço, está compreendido entre 1 e mais de 15 anos de serviço. Sendo o intervalo compreendido entre 6 a 10 anos serviço apresentando uma maioria considerável ($f=11$, 80,8%), seguido do intervalo de mais de 15 anos de serviço ($f=3$, 11,5%). O intervalo de 1 a 5 anos de serviço apresenta o menor número de participantes ($f=2$, 7,7%).

Ademais, não houve nenhum participante da amostra escolhida com tempo compreendido entre 11 a 15 anos.

No tocante aos níveis de formação dos professores, os dados mostram que o nível de Licenciatura, apresenta maior número de frequência quando comparado com o outro nível ($f=12$, 75,5%). O nível de Mestrado, apresenta uma menor frequência $f=4$, que corresponde a 25%. Portanto não houve nenhum participante da amostra escolhida com o nível de 12+3.

Os níveis de formação favorecem no desempenho das actividades dos técnicos que implica ter um conhecimento amplo na área que actua, preferivelmente com agregação pedagógica. Estas declarações são secundadas por (Gadotti, 2010; Beira, Vargas e Gonçalo 2015) ao afirmar que a educação de qualidade está intimamente ligada à qualidade de formação dos professores e do seu desenvolvimento profissional ao longo da carreira.

Gráfico 1 – Existe nas escolas um Plano de Formação de Professores para atendimento as NEE.

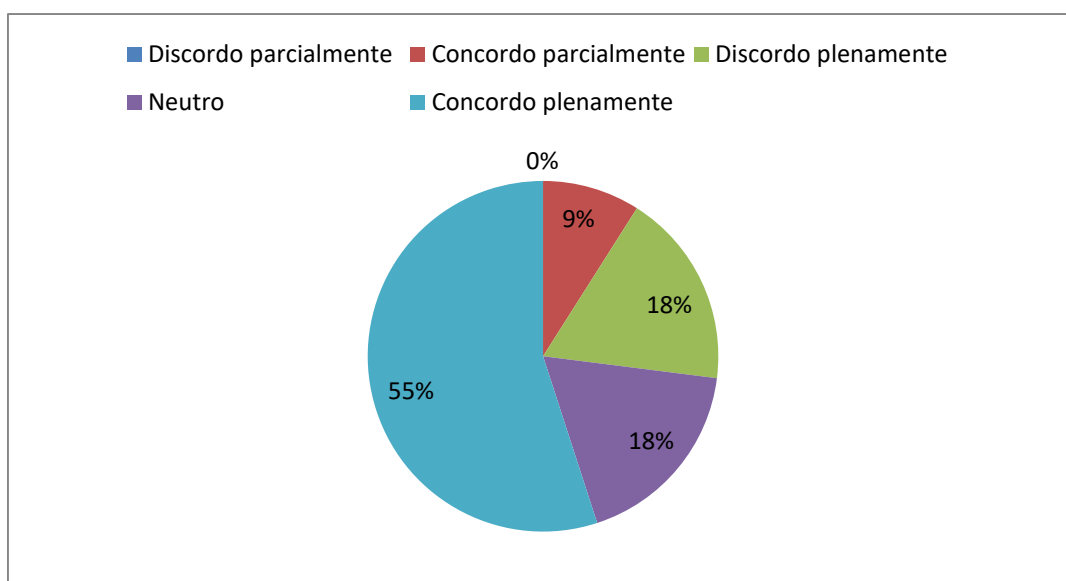


Fonte. Os dados foram analisados na base de Excel

Do universo pesquisado 55% respondeu que sempre que se reúnem abordam sobre as NEE é feita o balanço sobre estes alunos, mas umas formações não sabem, 27% respondeu que raramente e nunca foi feita um plano de formação para atender estas crianças. 18% concordam plenamente que a escola tem feito planos de formação para atender as necessidades educativas especiais.

Com estas declarações percebe-se que as escolas secundarias não reúnem condições humanas, nem metodológicas para atender as exigências dos alunos com NEE, tal como e confirmado pela Assembleia da República de Moçambique (2011), ao afirmar que embora seja claro que a sua implementação carece de reformas em nível das estruturas físicas das escolas, assim como dos métodos e meios que apoiem a sua efectivação de forma a satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem.

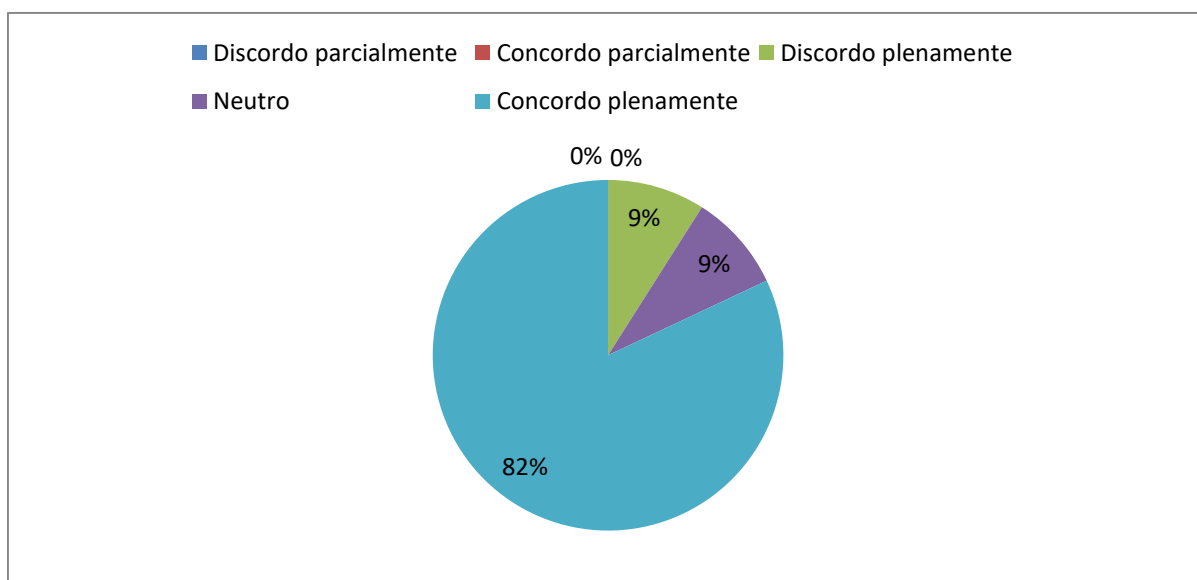
Gráfico 2 – Todos os actores escolares são envolvidos para assegurar a inclusão escolar



Fonte. Os dados foram analisados na base de Excel

Segundo a pesquisa 55% dos colaboradores, ou seja, mais da metade concordam plenamente, 18% concordam parcialmente e 18% ficaram neutros em relação ao enunciado e apenas 9 % discordaram. O gráfico mostra que nesta escola existe envolvimento de todos os actores escolares para assegurar a inclusão, factor muito importante para as crianças com NEE, sentirem-se seguros e motivados para aprender. Estas informações coadunam com as visões de, Telles (2017) e Freitas (2019), ao descrever que o uso de metodologias inadequadas nos anos iniciais da aprendizagem pode prejudicar toda vida escolar e conseqüentemente seu futuro, a vida social e profissional, facto que requer o reforço positivo da equipe multiprofissional, uma vez que cada criança se adapta de uma forma única no processo pedagógico de leitura e escrita.

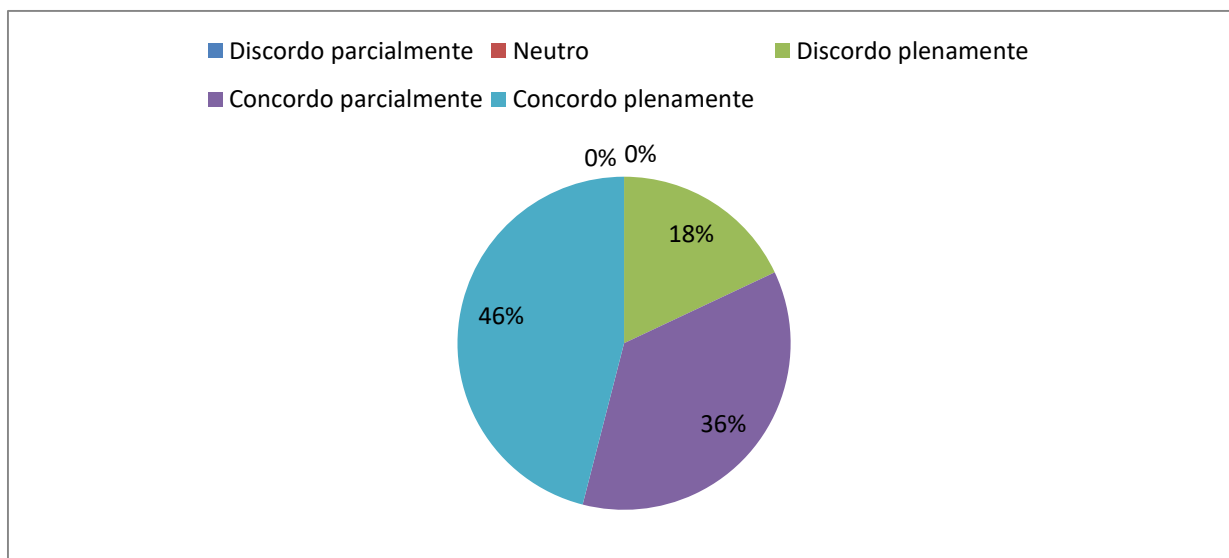
Gráfico 3 – É importante ter legislação apropriada para orientar a implementação da educação inclusiva.



Fonte. Os dados foram analisados na base de Excel

Observa-se que 82% dos entrevistados concordam plenamente que aceitar uma mudança está ligado a um processo emocional, seja na vida pessoal ou no ambiente de trabalho, já 9% se mantiveram neutros e outros 9% discordam plenamente. Todos os programas de ensino devem ser legislados, como forma de garantir as diretrizes da sua implementação. Em Moçambique O MINEDH (2012) defende que a educação é organizada de modo a abranger todas as crianças e jovens com deficiências ou dificuldades de aprendizagem, as crianças em desvantagem como as chamadas superdotadas, as de rua ou em situação de risco, que trabalham, ou que apresentam situações diversas.

Gráfico 4– As oportunidades de acesso a uma educação de qualidade relevante são expandidas.

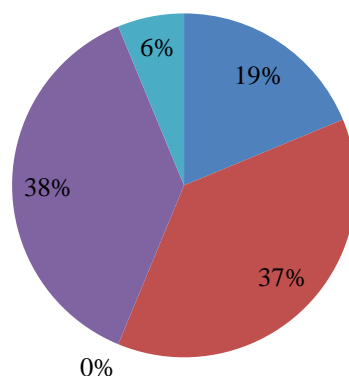


Fonte: os dados foram analisados na base de Excel

Conforme os inqueridos 46% concordam plenamente e 36% concordam parcialmente, porém 18% não concordam que necessariamente a mudança esteja ligada a um processo de dor e ansiedade para as pessoas. Com as declarações dos inqueridos percebe-se que a rede escolar de qualidade é expandida, mas com muitas dificuldades devido a turmas numerosas e professores de qualidade como afirma Assembleia da República de Moçambique (2011), embora seja claro que a sua implementação carece de reformas em nível das estruturas físicas das escolas, assim como dos métodos e meios que apoiem a sua efectivação de forma a satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem.

Grafico 5. Existem adaptações arquitectónicas que foram realizadas para atender a política de inclusão

■ Discordo totalmente ■ Discordo parcialmente ■ Neutro
■ Concordo parcialmente ■ Cocordo totalmente

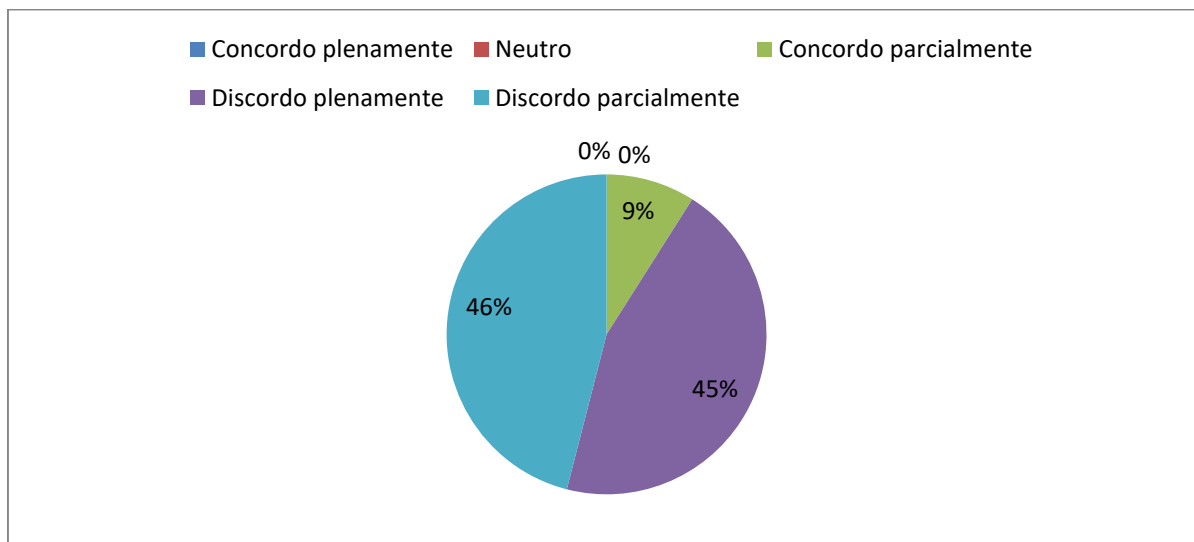


Fonte. Os dados foram analisados na base de Excel

Observa-se que 6% concordam totalmente, 19% discordam totalmente, 38% concordam parcialmente e 37% discordam parcialmente, nem todas as instituições foram abrangidas com as modificações. 6% dos inqueridos discordam que as instituições de ensino sofreram adaptações arquitetónicas para atender a inclusão. Com estes resultados percebe-se que ocorrem adaptações arquitetónicas nas instituições, como a construção de rampas.

Ainda no panorama das adaptações arquitetónicas, há muito que se melhorar, dado que existem escolas com pavilhões do 1º, 2º ou 3º piso mas que não possui elevadores para crianças com deficiência física, tal como afirma Assembleia da República de Moçambique (2011), embora seja claro que a sua implementação carece de reformas em nível das estruturas físicas das escolas, assim como dos métodos e meios que apoiem a sua efectivação de forma a satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem.

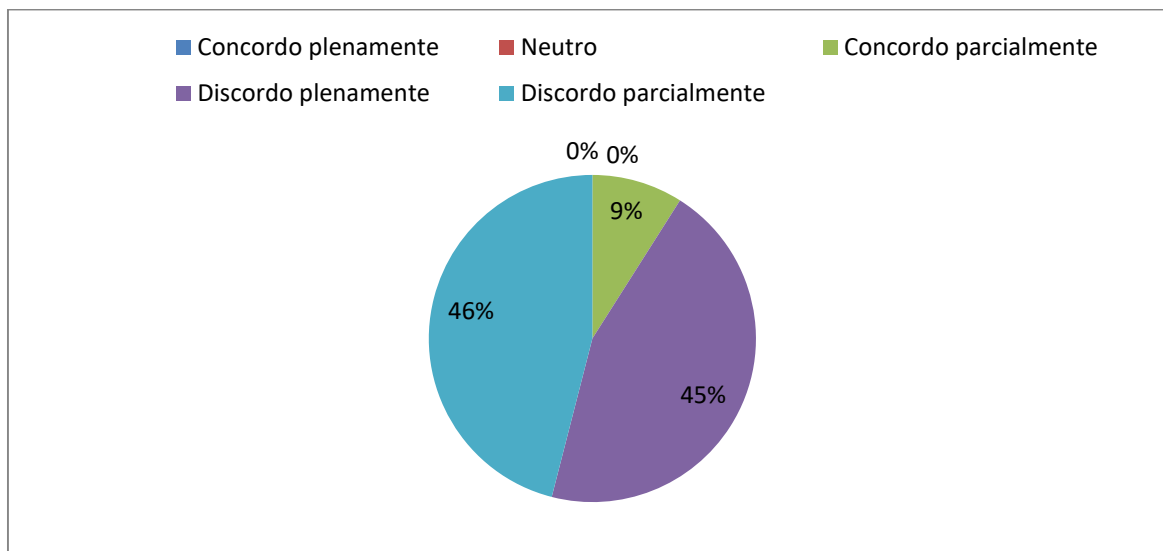
Gráfico 6– As instituições de ensino recebem algum apoio do ministério de tutela em vista a implementação da política de educação inclusiva.



Fonte: os dados foram analisados na base de Excel

De acordo com os dados do gráfico 6 (acima), 46% dos inqueridos referem que as instituições de ensino recebem algum apoio do ministério de tutela em vista a implementação da política de educação inclusiva, sendo que 45% dos inqueridos apontam que nem todas as instituições recebem o apoio e se recebem é insuficiente para atender as NEE, através de declarações como: *trabalho com crianças com deficiência auditiva, visual e física, mas nunca recebi uma orientação de como transmitir conhecimentos a estes alunos* e os restantes 9% responderam que que a implantação de mudanças não interfere em seu ritmo de trabalho. Os dados demonstram que o Ministério de educação através dos seus órgãos competentes fornece apoio as instituições de ensino no âmbito da implementação da política da educação Inclusiva, apesar do mesmo não ser abrangente por causa da expansão da rede escolar como sustenta a Assembleia da República de Moçambique (2011), embora seja claro que a sua implementação carece de reformas em nível das estruturas físicas das escolas, assim como dos métodos e meios que apoiem a sua efectivação de forma a satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem.

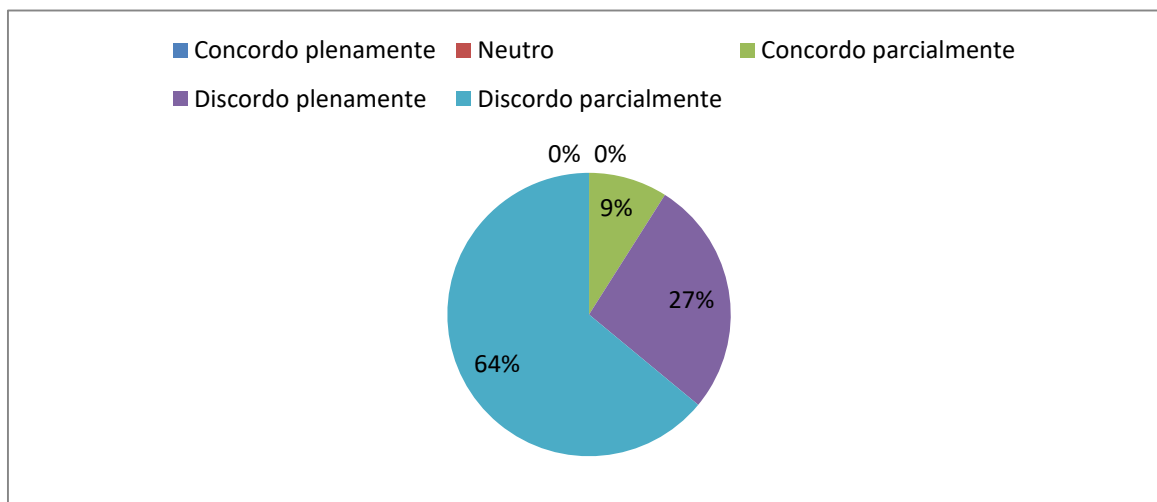
Tabela 7 – As instituições de ensino enfrentam dificuldades no processo de implementação da política de inclusão.



Fonte: os dados foram analisados na base de Excel

De acordo com os dados é visível que 46% dos colaboradores concordam plenamente que as instituições de ensino enfrentam dificuldades no processo de implementação da política de inclusão e 45% concordam parcialmente, em contraste 9% afirmam que não possuem medo do desconhecido. Com estas declarações percebe-se que as instituições de ensino enfrentam muitas dificuldades no processo de implementação da política de inclusão, quer por adaptação curricular, quer por meios de ensino ou pela preparação didáctica, tal como afirma Assembleia da República de Moçambique (2011), embora seja claro que a sua implementação carece de reformas em nível das estruturas físicas das escolas, assim como dos métodos e meios que apoiem a sua efectivação de forma a satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem. Porém, a realidade moçambicana denota por um lado, que a qualidade é prejudicada pela expansão explosiva da rede escolar, um nível insuficiente de investimentos, sobretudo na área de formação de professores, aquisição e distribuição de livros e materiais didácticos, a contratação de candidatos não qualificados devido à escassez dos recursos financeiros, situação que aliada à superlotação das turmas traduz-se numa profunda degradação das condições de trabalho dos professores (MINED, 2012).

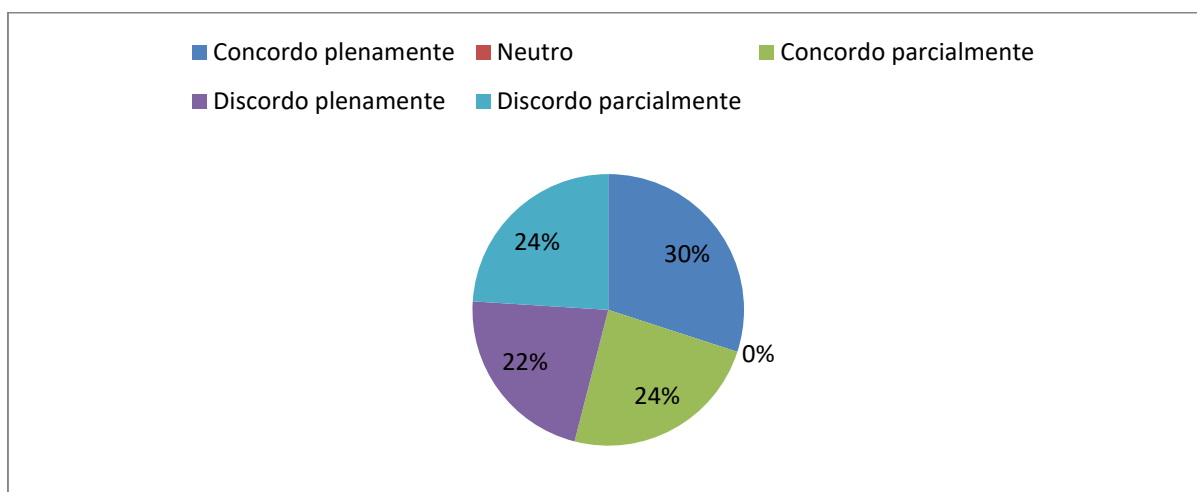
Gráfico 8 Existem estratégias para ultrapassar as dificuldades que as instituições enfrentam



Fonte: os dados foram analisados na base de Excel

Conforme ilustra o gráfico 8, apenas 27% concordam na totalidade que existem estratégias para ultrapassar as dificuldades que as instituições enfrentam, 9% concordaram parcialmente, e 64% discordam parcialmente. De acordo com estas declarações percebe-se que existe saída para mitigar as dificuldades que as instituições enfrentam, e uma delas é a formação do professor de qualidade, que constitui a base para uma educação de qualidade. O professor é uma peça fundamental para a aprendizagem efectiva ou de qualidade do aluno, de forma a realizar os objectivos da educação para todos. Estas visões coadunam com as do Duarte e Dias (2016) ao considerar que embora a melhoria da qualidade da educação não se resume apenas a essa realidade, a variável formação do professor tem sido considerada como sendo a mais importante, na análise da qualidade de educação. Nestes termos, Gadotti, (2010) considera que a educação de qualidade está intimamente ligada à qualidade de formação dos professores e do seu desenvolvimento profissional ao longo da carreira.

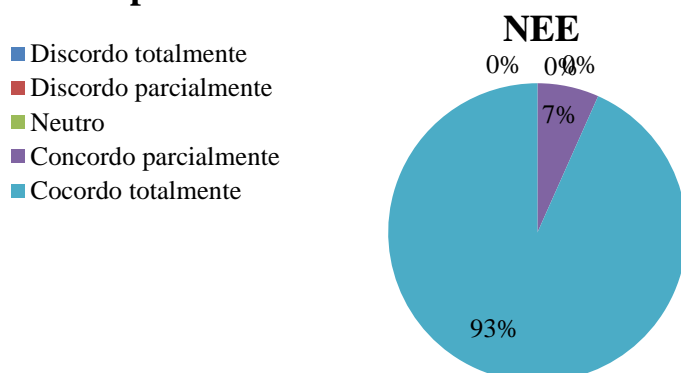
Gráfico 9 O objectivo da política de acesso é de privilegiar o direito de todos a educação para uma sociedade solidária e democrática



Fonte. Os dados foram analisados na base de Excel

Observa-se no gráfico 9 que 30% concordam plenamente que o objectivo da política de acesso é de privilegiar o direito de todos a educação para uma sociedade solidária e democrática, 24% concordam parcialmente assim como 24% discordam parcialmente, e 22% discordam plenamente. Os dados demonstram que mostram que os inqueridos acreditam que o objectivo do governo ao implementar a política da educação inclusiva é de privilegiar o direito de todos a uma educação de qualidade, tal como afirma o MINED (2012) que a educação é organizada de modo a abranger todas as crianças e jovens com deficiências ou dificuldades de aprendizagem, as crianças em desvantagem como as chamadas superdotadas, as de rua ou em situação de risco, que trabalham, ou que apresentam situações diversas.

Grafico 10. As turmas Numerosas dificultam o acompanhamento das dificuldades de cada um dos alunos com



Fonte. Os dados foram analisados na base de Excel

Conforme ilustra o gráfico 10, 93% concordam na totalidade que as turmas numerosas dificultam o acompanhamento das dificuldades de cada um dos alunos com NEE, 7% concordaram parcialmente. As turmas numerosas tornam a vida dos professores um caos, mesmo tratando-se de crianças sem deficiência. As crianças com deficiência precisam de um acompanhamento específico e individualizado. Facto que dificulta muito a actividade docente. Estas declarações, coadunam com as visões de Rotta e tal (2016), ao afirmar que para que o aluno tenha boas condições de aprender é necessário que a escola tenha condições físicas de sala de aula, que se refere a uma sala de aula limpa, arejada e com um número limite aceitável de alunos; condições pedagógicas, que se trata dos materiais didácticos disponíveis, método pedagógico de acordo com a realidade de cada criança; e condições de corpo docente que se relaciona a remuneração adequada, motivação e dedicação dos professores.

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo, serão apresentadas as conclusões e recomendações a luz dos resultados obtidos.

5.1. Conclusões

Da pesquisa realizada, conclui-se que a educação inclusiva nas escolas regulares ainda é um desafio. Ainda prevalece a perspectiva de segregar-se a criança por causa da dificuldade que apresenta. A concepção de que a criança com deficiência deve frequentar o ensino especial porque necessita de atendimento especializado, constitui um factor que contribui, negativamente, para o seu desenvolvimento na escola regular. Vários esforços em nível do MINEDH, através do SDEJTN, ONG's e das escolas regulares ainda devem ser envidados para uma efectiva aprendizagem de alunos com deficiência.

Verificou-se que os professores não estão preparados para trabalhar com turmas inclusivas. Sendo o professor uma figura importante no processo de ensino e aprendizagem, há necessidade de SDEJTN promover uma formação consistente baseada na filosofia de educação para todos, capaz de munir os professores de competências didácticas pedagógicas e atitudes positivas em relação à educação de alunos com deficiência. Considerando o estilo e o ritmo de aprendizagem da criança com deficiência, a formação em estratégias didáctico-metodológicas para trabalhar com estas crianças, a cooperação e colaboração com especialistas no processo de planificação do ensino e aprendizagem torna-se imprescindível.

Embora as conclusões não sejam generalizáveis por se referirem a um estudo de caso particular, mas, apoiando-se em alguns documentos, com destaque para o MINEDH, pode-se referir que Moçambique ainda não possui uma adequada preparação para implementar a política de educação para todos, o que demanda dos desenhadors das políticas a necessidade de maior ponderação na implementação de políticas, pois enquanto esta não for precedida de estudos de viabilidade, pode terminar no maior insucesso, apesar da nobreza do conteúdo que contempla. O risco disso é que essas políticas comecem e terminem no discurso.

5.2. Sugestões

De acordo com o estudo levado a cabo sugere-se:

Aos professores:

1. Aprimorar as actividades, métodos e estratégias que favoreçam a aprendizagem dos alunos com deficiência;

2. Acompanhar a situação de cada criança na sua história pessoal, e dos seus problemas para que possam desenhar estratégias ajustadas para cada caso;
3. Incentivar a colaboração dos pais/encarregados de educação para que a aprendizagem dos seus educandos resulte no sucesso;

À Direcção das Escolas:

1. Promoção de debates sobre crianças com deficiência na escola, com a participação de todos actores escolares e criação de espaços para troca de experiência entre os professores para melhoria das práticas pedagógicas;
2. Organizar um *dossier* com as informações das crianças com deficiência, para facilitar o seu encaminhamento a professores mais engajados e experientes na prática educativa, assim como acompanhar a sua progressão e possível encaminhamento a escolas secundárias ou escolas profissionais;
3. Incentivar os pais e/ou encarregados de educação a adoptar práticas que contribuam para aprendizagem de alunos com deficiência;
4. Sensibilizar o Conselho da escola de forma a dar apoio às crianças com deficiência.

À MINEDH

1. Criação de serviços de Psicologia na escola para apoiar os alunos, os professores e as famílias;
2. Mobilização de equipas multidisciplinares constituídas por psicólogos, fisioterapeutas, técnicos de educação especial e outros especialistas para prestarem apoio às escolas de ensino primário no acompanhamento de alunos com deficiência;
3. Constituição de uma equipa de supervisão que visite as escolas para se apurar os efeitos da prática da educação para todos e oferecer apoio necessário.
4. Articulação entre a teoria e a prática no processo de formação de professores, garantindo que os estágios ocorram em contextos inclusivos.

CAPITULO VI: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andalo, C. S. (1984). *O papel do psicólogo escolar. Psicol. cienc. Prof.*, Brasília, v. 4, n. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009&lng=pt&nrm=iso.. 2022. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931984000100009>.
- Assembleia da República de Moçambique (2011). *Implementação da Educação Inclusiva Boletim informativo trimestral, faz acontecer*. Disponível em eas.europa.eu/archives/delegations/Moçambique/documentsnews/20120904.pdf.
- Chambal, L. A. (2012). *A formação inicial de professores para a inclusão de alunos com deficiência em Moçambique*. São Paulo: Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade de São Paulo.
- Dola, P. R. (2018) *as causas da desistência das meninas nas escolas Moçambicanas*. Editora. Editores reunidos. Moçambique.
- Duarte, S. M., & Dias, H. N. (2016). *Ensino Básico em Moçambique: Políticas, Práticas e Qualidade*. Maputo: Editora Educar-UP.
- Durkein, E. (2001). *Sociologia, educação e moral*. Editora: Rés editoras. Porto, Portugal
- Dupoint. O. & Ossandom, M. (1987). *Prevenir l'abandonscolaire. Revuefrançaise de pedagogie*
- Gadotti, M. (2010). *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. S. Paulo: Editora, Livraria Instituto Paulo Freire.
- Franco, M. A.(2018). *Por que estimular a coordenação viso motora é importante para a aprendizagem?* Disponível em: <https://www.visaonainfancia.com/coordenacao-visomotora-e-aprendizagem/>. Acesso em 07 Fevereiro 2020.
- Freitas, S. (2019). *De Pedagogia em acção: pedagogia em acção*. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Centro Universidade de Belo Horizonte, Belo Horizonte. Cap. 12.
- Matavele, H. J. (2016). *Formação e profissionalidade: um estudo na Formação inicial de professores do Ensino Básico em Moçambique*. Tese de Doutorado. Acesso 25/05/2022.
- Martins, S., Giroto, C., e Souza, G. (2013). *Diferentes olhares sobre inclusão*. Minas Gerais: Cultura Académica Editora. Acesso a 21/03/22.

- Ministério de Educação (2012). *Educação Inclusiva em Moçambique*. Boletim informativo trimestral, faz acontecer. Disponível em eeas.europa.eu/archives/delegations/Moçambique/documents/news/20120904.pdf. Acesso a 5/02/2022.
- Miranda, T. G., e Filho, T. (2012). *O professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares*. Bahia: EDUFBA.
- Nhapuala, G. A. (2014). *Formação psicológica inicial dos professores: atenção à educação inclusiva em Moçambique*. Minho, Tese de Doutoramento. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35821>. Acesso 20/01/2022.
- Nivagara, D. (2013). *A formação e o desenvolvimento profissional de professores: uma análise crítica da sua prática no contexto de Moçambique*. *Universidade Pedagógica*, XI, (2). Acesso a 01/12/21.
- Pirozzi, G. P. (2013). *Tecnologia ou metodologia? O grande desafio para o século XXI*.
- Rotta, et al, (2016). *Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar*. (2. Ed). Porto Alegre: Artmed.
- Samboco, M. (2020) *Políticas De Acesso E Inclusão De Estudantes Com Necessidades Educativas Especiais Ao/no Ensino Superior Moçambicano: Desafios e Possibilidades*
- Telles, F. D. C. (2017). *Um olhar psicopedagógico sobre a disgrafia*. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Centro Universitário Geraldo di Biasi, Volta Redonda.

Apêndices

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: **POLÍTICAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: UMA REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL -ESTUDO DE CASO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – 2020-2022**

Pesquisador Responsável: SAIDE MUSSÁ

Nome do participante: _____

Data de nascimento: _____ / _____ / _____ Sexo: () F () M

Prezado (a) Técnico (a),

Você está sendo convidado (a) para ser participante da pesquisa intitulado “**POLÍTICAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: UMA REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL -ESTUDO DE CASO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – 2020-2022**” de responsabilidade do pesquisador SAIDE MUSSA.

Leia atentamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Saiba que não haverá nenhuma despesa e você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por objectivo Analisar as Políticas de acesso a Educação em Moçambique face a inclusão dos alunos com NEE no ensino secundário geral.

2. A participação nesta pesquisa consistirá em responder um único questionário elaborado a partir de perguntas estruturadas e respostas objectivas, no qual os dados serão analisados qualitativamente e apresentados sob a forma gráfica com seus percentuais equivalentes.

3. A execução da pesquisa não implica em riscos, desconfortos ou constrangimentos, uma vez que somente aborda temas referentes à sua formação e actuação profissional.

4. O nome dos participantes será mantido em SIGILO, assegurando assim a sua PRIVACIDADE.

5. Os benefícios nesta pesquisa serão de natureza educacional. Os conhecimentos produzidos pelo presente estudo nos remetem a fazer uma reflexão sobre a maneira de como devemos estar atentos às dificuldades de aprendizagem demonstradas pelos alunos, para que essas dificuldades não sejam confundidas com dificuldades comuns que fazem parte do processo de aprendizagem ou ainda atribuindo ao aluno a culpa pela dificuldade de aprender.

6. Não há nenhum valor económico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação.

7. Os dados colectados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contacto com SAIDE MUSSÁ, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone 870639529, e-mail saidemussag@gmail.com.

Eu,

BI nº _____ declaro ter sido informado e concordo em ser participante do projecto de pesquisa acima descrito.

Local, _____ de _____ 2023.

Assinatura do participante

Telefone para contacto: _____

QUESTIONÁRIO

Prezados, o presente questionário insere-se no contexto de uma pesquisa de Licenciatura na área da Psicologia Escolar e de Necessidades Educativas Especiais.

Pretende-se, entre outros aspectos, analisar as Políticas de acesso a Educação em Moçambique face a inclusão dos alunos com NEE no ensino Secundário Geral.

Os dados recolhidos serão usados exclusivamente no âmbito deste trabalho, pelo que asseguramos o anonimato, confidencialidade e a privacidade dos inquiridos.

Antecipadamente agradecemos a sua colaboração.

I. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. **Sexo:** masculino _____ feminino _____
2. **Idade:** menos de 30 anos ____ de 30 a 45 anos ____ mais de 45 anos ____
3. **Tempo de serviço :** 1 – 5 anos ____ 6-10 anos ____ mais de 11 anos ____
4. **Habilitações académicas:** doutoramento ____ Mestrado ____ Licenciatura ____ Bacharelato ____ Magistério Primário ____
5. Já trabalhou com alunos com NEE: Sim ____ Não ____

II. DADOS SOBRE POLÍTICAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE COM ENFASE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NEE NO ENSINO SUPERIOR

- Se a resposta for DISCORDO TOTALMENTE, marque 1;
- Se a resposta for DISCORDO, marque 2;
- Se a resposta for NÃO TENHO OPINIÃO, marque 3;
- Se a resposta for CONCORDO, marque 4;
- Se a resposta for CONCORDO TOTALMENTE, marque 5;

Nº	Afirmações	1	2	3	4	5
1	Existe nas escolas um Plano de Formação de Professores para atendimento as NEE					
2	Todos os actores escolares são envolvidos para assegurar a inclusão escolar.					
3	É importante ter legislação apropriada para orientar a implementação da educação inclusiva.					
4	As oportunidades de acesso a uma educação de qualidade e relevante são expandidas					
5						

	Existem adaptações arquitectónicas que foram realizadas para atender à política de inclusão.					
6	As instituições de ensino recebem algum apoio do ministério de tutela em vista à implementação da política de Educação inclusiva					
7	As instituições de ensino enfrentam dificuldades no processo da implementação da política de inclusão					
8	Existem estratégias para ultrapassar as dificuldades que as instituições enfrentam					
9	O objectivo da política de acesso é de privilegiar o direito de todos à Educação para uma sociedade solidária e democrática					
10	Com a política de educação pretende-se prestar atenção à diversidade e favorecer a educação de qualidade para todos					
11	As turmas numerosas, dificultam o acompanhamento das dificuldades de cada um dos alunos com NEE.					
12	A Falta de material didáctico para orientar a aprendizagem dos alunos com NEE é uma das dificuldades que os professores enfrentam.					

O que é educação inclusiva?

Que estratégias são necessárias para ultrapassar as dificuldades que as instituições de ensino enfrentam?

Obrigado pela colaboração!

Anexos



Faculdade de Educação

Ao

MINEDH

Departamento de Educação Especial

Maputo

N/Rep¹⁰²/FACED/23

Maputo, 13 de Fevereiro de 2023

CREDENCIAL

Para efeitos de realização da Monografia do final do curso na Vossa Instituição, está devidamente credenciado, Saíde Mussá, estudante finalista do curso de Licenciatura em Psicologia Escolar e das Necessidades Educativas Especiais na FACED/UEM, para proceder a recolha de dados com objectivo de elaborar sua Monografia intitulada " Políticas de Acesso a Educação Em Moçambique: Uma Reflexão Sobre a Inclusão dos Alunos com NEE no Ensino Superior".

Cordiais Saudações

A Directora-Adjunta para a Graduação

Nilza A. T. César

Mestre Nilza Aurora Tarcísio César
(Assistente Universitária)

